

## Atos

### ATO Nº 14, DE 2021

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observado o Ofício s/nº, entregue à Mesa em 18 de março de 2021, do Deputado Edson Giriboni, bem como os Termos de Adesão, nomeia as Deputadas e os Deputados relacionados abaixo para compor a Frente Parlamentar pela Duplicação da Rodovia Francisco Alves Negrão – SP 258.

A inclusão de novos membros e a exclusão por eventuais desligamentos, observados os respectivos ofícios do Coordenador da Frente, dirigidos ao Presidente da Casa, serão providenciadas pela Secretaria Geral Parlamentar - Departamento de Comissões, mediante atualização e publicação do Anexo, parte integrante deste Ato.

ANEXO – Ato nº 14 , de 2021

#### Composição da Frente Parlamentar pela Duplicação da Rodovia Francisco Alves Negrão – SP 258

Nº	DEPUTADO(A)	PARTIDO	PARTICIPAÇÃO
1	Edson Giriboni	PV	Coordenador
2	Adalberto Freitas	PSL	Apoiador
3	Barros Munhoz	PSB	Apoiador
4	Bruno Ganem	PODE	Apoiador
5	Caio França	PSB	Apoiador
6	Carlos Cezar	PSB	Apoiador
7	Carlos Giannazi	PSOL	Apoiador
8	Conte Lopes	PP	Apoiador
9	Delegada Graciela	PL	Apoiadora
10	Dirceu Dalben	PL	Apoiador
11	Estevam Galvão	DEM	Apoiador
12	Itamar Borges	MDB	Apoiador
13	Léo Oliveira	MDB	Apoiador
14	Marcio da Farmácia	PODE	Apoiador
15	Marcos Damasio	PL	Apoiador
16	Mauro Bragato	PSDB	Apoiador
17	Murilo Felix	PODE	Apoiador
18	Reinaldo Alguz	PV	Apoiador
19	Sargento Neri	AVANTE	Apoiador
20	Sebastião Santos	Republicanos	Apoiador
21	Tenente Nascimento	PSL	Apoiador

Assembleia Legislativa, em 26/3/2021.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

## Pauta

### 29 DE MARÇO DE 2021

*Em pauta por 5 (cinco) dias úteis, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados.*

#### 1º Dia

1 - Projeto de lei nº 177, de 2021, de autoria do deputado Edson Giriboni. Denomina "Mario Paulo" a passarela localizada no km 200,350 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Angatuba.

2 - Projeto de lei nº 178, de 2021, de autoria do deputado Bruno Ganem. Autoriza o Poder Executivo a construir e custear o funcionamento de Hospital Público Veterinário na Capital para atendimento dos animais domésticos de famílias residentes nos municípios do DRS I - Grande São Paulo.

3 - Projeto de lei nº 179, de 2021, de autoria do deputado Bruno Ganem. Autoriza o Poder Executivo a construir e custear o funcionamento de Hospital Público Veterinário em Araçatuba para atendimento dos animais domésticos de famílias residentes nos municípios do DRS II.

4 - Projeto de lei nº 180, de 2021, de autoria do deputado Bruno Ganem. Autoriza o Poder Executivo a construir e custear o funcionamento de Hospital Público Veterinário em Araraquara para atendimento dos animais domésticos de famílias residentes nos municípios do DRS III.

5 - Projeto de lei nº 181, de 2021, de autoria do deputado Bruno Ganem. Autoriza o Poder Executivo a construir e custear o funcionamento de Hospital Público Veterinário em Barretos para atendimento dos animais domésticos de famílias residentes nos municípios do DRS V.

6 - Projeto de lei nº 182, de 2021, de autoria do deputado Bruno Ganem. Autoriza o Poder Executivo a construir e custear o funcionamento de Hospital Público Veterinário em Bauru para

atendimento dos animais domésticos de famílias residentes nos municípios do DRS VI.

7 - Projeto de lei nº 183, de 2021, de autoria do deputado Caio França. Institui o Plano Estadual de Combate à Fome nos períodos de férias escolares ou suspensão de aulas de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas escolas da rede pública estadual de ensino.

8 - Projeto de lei nº 184, de 2021, de autoria do deputado Coronel Telhada. Denomina "Senador Major Olímpio" o 42º BPM/I, em Presidente Venceslau.

9 - Projeto de lei nº 185, de 2021, de autoria da deputada Adriana Borgo. Denomina "Estação da Luz - Senador Major Olímpio" a atual Estação Luz do Metrô, na Capital.

10 - Projeto de lei nº 186, de 2021, de autoria do deputado Mauro Bragato. Autoriza os servidores públicos estaduais ativos e inativos que solicitaram o cancelamento de sua inscrição a retornar à condição de contribuinte do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.

#### 2º Dia

1 - Projeto de lei nº 173, de 2021, de autoria da deputada Carla Morando. Denomina "Emília Battistin Marson" o 3º Distrito Policial, em São Bernardo do Campo.

2 - Projeto de lei nº 174, de 2021, de autoria do deputado Major Mecca e outros. Denomina "Senador Major PM Sérgio Olímpio Gomes" a Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em São Paulo.

3 - Projeto de lei nº 175, de 2021, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Inclui as pessoas com Síndrome de Down e com deficiências entre os grupos prioritários para a imunização no Plano Estadual de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19.

4 - Projeto de lei nº 176, de 2021, de autoria do deputado Murilo Felix. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Saúde Emocional a Vítimas da Covid-19.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 27, de 2021, de autoria do deputado Douglas Garcia. Susta os efeitos do Decreto nº 65.563, de 11 de março de 2021, que institui medidas emergenciais, de caráter temporário e excepcional, destinadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19.

#### 3º Dia

1 - Projeto de lei nº 168, de 2021, de autoria do deputado Delegado Bruno Lima. Altera a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para autorizar o Poder Executivo a propor o adiamento do pagamento do IPVA com desconto.

2 - Projeto de lei nº 169, de 2021, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a Feira da Praça da República.

3 - Projeto de lei nº 170, de 2021, de autoria do deputado Fernando Cury. Revoga a Lei nº 9.994, de 20 de dezembro de 1967, que dispõe sobre denominação de instituições de amparo à infância.

4 - Projeto de lei nº 171, de 2021, de autoria da deputada Leticia Aguiar. Proíbe que o Poder Executivo impeça a exposição e a venda de produtos, bem como a prestação de serviços de qualquer natureza, pelos estabelecimentos com atividades classificadas como essenciais.

5 - Projeto de lei nº 172, de 2021, de autoria do deputado Coronel Telhada. Denomina "Senador Major Olímpio" a Rodovia SP-487, em Regente Feijó.

6 - Moção nº 58, de 2021, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Manifesta pesar pelo falecimento do Senador Major Olímpio.

#### 4º Dia

1 - Projeto de lei nº 162, de 2021, de autoria do deputado Major Mecca. Altera o § 1º do Artigo 1º da Lei nº 5.451, de 22 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a concessão de benefícios a policiais militares julgados inválidos ou falecidos em ato de serviço.

2 - Projeto de lei nº 163, de 2021, de autoria do deputado Paulo Fiorilo. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Festa do Divino Espírito Santo, a Festa em Louvor a São João Batista e a Festa em Louvor à Imaculada Conceição, em Itaoca.

3 - Projeto de lei nº 164, de 2021, de autoria do deputado Caio França. Obriga os estabelecimentos hospitalares a permitir a presença de doulas durante o trabalho de parto e posterior a este, sempre que solicitado pela parturiente.

4 - Projeto de lei nº 165, de 2021, de autoria da deputada Márcia Lia. Suspende o cumprimento de medida judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejos, desocupações ou remoções forçadas, em imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais, enquanto perdurar a pandemia de COVID-19.

5 - Projeto de lei nº 166, de 2021, de autoria do deputado Ricardo Mellão. Autoriza o Poder Executivo a adquirir, distribuir e aplicar vacinas e soros contra a Covid-19.

6 - Projeto de lei nº 167, de 2021, de autoria da deputada Professora Bebel. Estabelece medidas de cunho social e sanitá-

rio a serem tomadas enquanto perdurar a situação de pandemia no território do Estado.

#### 5º Dia

1 - Projeto de lei nº 157, de 2021, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Denomina "Josef Friedrich" o acesso e retorno com viaduto localizado no km 55,185 da Rodovia Walmyro Corrêa Camargo - SP 079, em Itu.

2 - Projeto de lei nº 158, de 2021, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Institui o Programa Troco Solidário nas redes farmacêuticas e congêneres.

3 - Projeto de lei nº 159, de 2021, de autoria do deputado Bruno Ganem. Cria a carteira de identificação do portador de placas metálicas.

4 - Projeto de lei nº 160, de 2021, de autoria do deputado Bruno Ganem. Institui a Campanha de Conscientização contra a Automedicação Animal.

5 - Projeto de lei nº 161, de 2021, de autoria do deputado Bruno Ganem. Institui a Campanha de Conscientização sobre a Esporotricose Felina.

6 - Moção nº 53, de 2021, de autoria do deputado Gil Diniz. Aplauda o Sr. Luiz Alberto de Campos Charneski pelo trabalho de excelência que tem prestado ao ensino de técnicas de autodefesa junto aos policiais e agentes de segurança do Estado de São Paulo e de todo o país.

7 - Moção nº 54, de 2021, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro. Repudia veementemente a declaração do Sr. Governador João Doria ao canal internacional de notícias BBC World News, em que afirmou que o Presidente Jair Bolsonaro é "um cara louco" e que "o Brasil tem que enfrentar dois vírus no momento: o Coronavírus e o Bolsonaro vírus".

8 - Moção nº 55, de 2021, de autoria do deputado Gil Diniz. Manifesta veemente repúdio à jornalista Maria Julia Coutinho por sua declaração, no Jornal Hoje, a respeito da população que reclama das medidas de isolamento social, em que disse que o "choro é livre".

9 - Moção nº 56, de 2021, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro. Manifesta veemente repúdio à declaração da apresentadora do Jornal Hoje, da Rede Globo de Televisão, Maria Júlia Coutinho Portes, em 17 de março de 2021, na qual afirmou que "o choro é livre, é isso que tem".

*Em pauta por 3 (três) dias úteis para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados (Pauta para Recursos).*

#### 3º Dia

Moção nº 121, de 2020, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Aplauda o Arcebispo Dom João Inácio Müller por seu primeiro ano à frente da Arquidiocese de Campinas.

## Expediente

### 26 DE MARÇO DE 2021

### OFÍCIOS

#### PREFEITURAS MUNICIPAIS

S/Nº, Ofícios solicitando reconhecimento de calamidade pública, enviados pelos municípios de Aguiar, Arujá, Batatais, Cosmorama, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Pilar do Sul, Pindamonhangaba, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, Santo Antônio do Jardim, Sumaré, Suzano e Taiúva.

#### SECRETARIAS DE ESTADO

Nº 714/2021, da Saúde, encaminha o Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2020.

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 11/2021, encaminha resposta ao Requerimento 19/21.

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 2260250-83.2020.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, é agravado AVANTE.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "REJEITARAM A PRELIMINAR E ACOLHERAM O RECURSO PARA REVOGAR A LIMINAR, COM OBSERVAÇÃO. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PINHEIRO FRANCO (Presidente), TORRES DE CARVALHO, VICO MAÑAS, ARTUR MARQUES, LUIS SOARES DE MELLO,

RICARDO ANAFE, XAVIER DE AQUINO,DAMIÃO COGAN, FERREIRA RODRIGUES, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, FERRAZ DE ARRUDA, ADEMIR BENEDITO, ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ, ALEX ZILENOVSKI, CRISTINA ZUCCHI, JACOB VALENTE, JAMES SIANO, CLAUDIO GODOY, SOARES LEVADA E MOREIRA VIEGAS.

São Paulo, 24 de março de 2021.

COSTABILE E SOLIMENE - RELATOR

Assinatura Eletrônica

Agravo Interno -Ação Direta de Inconstitucionalidade

Autos de nº 2260250-83.2020.8.26.0000/50000

Agravante: A Mesa da Assembleia Legislativa

Agravado: Partido Avante

Voto nº 51.785

PROCESSO CIVIL Alegação de suposta violação à cláusula de reserva de plenário – O relator sorteado para a ação direta de inconstitucionalidade pode examinar monocraticamente o pedido de antecipação de tutela, porque autorizado pelo disposto no art. 230 do RITJESP Colegiado diferido –Nulidade, incorrência Matéria preliminar rejeitada.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Autor "Partido Avante" Objeto: Lei estadual n. 17.295, de 22.10.2020, que "Dispõe sobre o controle populacional e o manejo de espécies da fauna exótica ao território nacional declaradas invasoras e/ou nocivas ao meio ambiente, à saúde pública e à agricultura no Estado de São Paulo, e dá outras providências" –Eficácia suspensa em antecipação de tutela por este relator.

AGRAVO INTERNO interposto pela Mesa da Assembleia Legislativa Pretensão de que se revogue a antecipação de tutela concedida em prol do partido autor Liminar que suspendeu a eficácia da Lei estadual nº 17.295, de 22.10.2020 Argumento novo e relevante trazido com a interposição do recurso Existência de maioria formada no julgamento de 2.8.2017, da ADI 350/SP, no STF, com sete votos favoráveis à nova interpretação restritiva do art. 204 da Const. do Estado de S. Paulo, cerne da presente demanda, o que abalou sobremaneira a plausibilidade do direito reivindicado pelo autor-agravado Feito aquele que aguarda pronunciamentos dos e. Ministros que até então não haviam votado

Respeitosamente, não é preciso a finalização do julgamento perante o Excelso Pretório, eis que, em caso de divergência, pese qualificada, a priori a mesma não modificaria aquele resultado Repercussão direta no julgamento desta ação, especialmente no tocante à antecipação de tutela.

CAÇA PROIBIÇÃO GERAL ADIN 350/SP do col. STF Voto do Min. DIAS TOFFOLI, acompanhado de mais outros seis Ministros, julgando parcialmente procedente a ação direta tão somente para conferir interpretação conforme à expressão 'sob qualquer pretexto', presente no art. 204 da Const. de S. Paulo, esclarecendo que nela não se incluem a destruição para fins de controle e a coleta para fins científicos Discussão acerca da exata teleologia daquela lei estadual, que se revela voltada para causa diversa da caça, atendendo, isso sim, à eliminação de riscos para saúde pública, agricultura e pecuária, tal como tratado no col. STF.

Voto do Min. Toffoli na ADI 350/SP -Transcrição: O artigo 204 da Constituição do Estado de São Paulo, ao proibir a caça, sob qualquer pretexto, em todo o Estado, não teve a intenção de vedar as atividades de destruição para fins de controle e de coleta para fins científicos, as quais, ao invés de implicarem riscos ao meio ambiente, destinam-se ao reequilíbrio do ecossistema e, se devidamente controladas, cumprem função de proteção do meio ambiente de relevante importância.

Agravo interno acolhido com observação: as eventuais inconstitucionalidades apontadas no r. parecer da d. Subprocuradoria-Geral de Justiça ficarão para o julgamento do mérito.

### PROJETOS DE LEI

#### PROJETO DE LEI Nº 187, DE 2021

*Inclui no calendário de vacinação contra a COVID 19 no Estado de São Paulo, todos os servidores públicos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que trabalhem nas escolas ou diretorias de ensino e todos os servidores públicos das Secretarias da Segurança Pública e Administração Penitenciária, militares ou não, em atividade, independentemente da idade que possuam.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º Ficam Incluídos como grupos prioritários no calendário de vacinação do Estado de São Paulo contra a COVID 19, todos os servidores públicos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que trabalhem nas escolas ou diretorias de

## Sumário

Este caderno, com 24 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLEIA.....	1	ATOS ADMINISTRATIVOS .....	8
ATOS .....	4	TRIBUNAL DE CONTAS .....	11
PAUTA .....	4	DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS .....	12
29 DE MARÇO DE 2021 .....	4	DESPACHOS .....	13
EXPEDIENTE.....	4	ACÓRDÃOS .....	22
26 DE MARÇO DE 2021 .....	4	SENTENÇAS .....	23
OFÍCIOS .....	4	COMUNICADOS DE CARTÓRIOS .....	24
PROJETOS DE LEI .....	4	EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO .....	24
REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO .....	7	DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO.....	24
REQUERIMENTOS .....	7	UNIDADES REGIONAIS.....	24
INDICAÇÕES .....	7	ATOS ADMINISTRATIVOS .....	24
COMISSÕES.....	7		
ATAS .....	7		

## imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Diretor-Presidente**

**Diretor Vice-Presidente**

**Diretora Administrativa e Financeira**

**Diretora Industrial**

**Diretor de Gestão de Negócios**

**Jornalista Responsável**  
redacao@imprensaoficial.com.br

Carlos André de Maria de Arruda  
Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho  
Izabel Camargo Lopes Monteiro  
Izabel Camargo Lopes Monteiro  
(respondendo cumulativamente)  
Carlos André de Maria de Arruda  
(respondendo cumulativamente)  
Antonio Euclides Teixeira (MTB 8186)

**Matriz**

**Imprensa Oficial do Estado S.A. - Imesp**

CNPJ 48.066.047/0001-84

I.E. 109.675.410.118

**Sede e administração**

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP

CEP 03103-902

t 11 2799.9800

**www.imprensaoficial.com.br**

SAC 0800 01234 01

**Filial**

• **Capital**

XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473  
Rua XV de Novembro 318 Centro  
São Paulo SP CEP 01013-000

## Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO